

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.808 - DF (2019/0317988-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : **FILLIPE COUTINHO COSTA**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**RECORRIDO** : **BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A**  
**ADVOGADO** : **HIRAN LEÃO DUARTE E OUTRO(S) - CE010422**

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. ESGOTAMENTO PRÉVIO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por FILLIPE COUTINHO COSTA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE INEXISTENTE. LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS. DIVERSAS DILIGÊNCIAS. ESGOTAMENTO DOS MEIOS. DESNECESSIDADE.*

*1. Para que seja realizada a citação por edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, não é necessário o absoluto esgotamento dos meios existentes para a localização dos réus que estejam em local incerto e não sabido, mormente quando empreendidas diversas diligências pela autora nesse sentido.*

*2. Recurso desprovido.*

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, o recorrente aponta ofensa ao art. 256, § 3º, do CPC, sustentando que (a) em razão da ausência de requisição, pelo juízo, de informações sobre o endereço da parte ré nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos, a citação por edital é nula e (b) "ainda que se verifique algumas tentativas da parte autora e do juízo no sentido de

*localizar o endereço da Recorrente, certo é que a probabilidade de que o endereço fornecido pelas entidades concessionárias de serviço público esteja mais atualizado que o sistema de informação de Instituições Financeiras (BACENJUD), Receita Federal (INFOJUD) ou órgãos de trânsito (RENAJUD) é muito alta, o que, por si só, justificaria a tentativa, a fim de prestigiar os princípios do devido processo legal e contraditório, do qual decorre".*

Sem contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso especial não pode ser conhecido.

O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, afirmou que a citação editalícia não padece de nulidade, pois, *"compulsando os autos, verifica-se que foram realizadas diversas tentativas de localização do executado (BACENJUD, INFOJUD, SIEL, INFOSEG), porém, todas sem êxito".*

Como se sabe, o espectro de cognição do recurso especial não é amplo e ilimitado, como nos recursos comuns, mas, ao invés, é restrito aos lindes da matéria jurídica delineada pelas instâncias ordinárias.

No caso, tendo o Tribunal de origem afirmado que o ora recorrido cumpriu todas as diligências que lhe cabiam, não há como rever tal premissa em sede extraordinária, pois implicaria no revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada a teor da Súmula 7/STJ. A propósito:

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1. AUSÊNCIA DE NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. ESGOTAMENTO PRÉVIO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO ORA AGRAVANTE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ IMPEDE SEU EXAME. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.***  
***1. Na hipótese, o Tribunal de origem, soberano no exame do acervo fático-probatório, concluiu que houve esgotamento das diligências cabíveis para a citação pessoal. Rever essa conclusão, neste caso, é impossível ante o óbice do enunciado de súmula supramencionado.***

2. Tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto fático-probatório, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissenso reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força da Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (**AgInt no AREsp 1050206/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017**)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA LOCALIZAR O RÉU. SÚMULA 7 DO STJ. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO LEGAL. PRECEDENTE DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Para modificar o que foi decidido pela Corte de origem, no tocante à ausência de nulidade da citação por edital, em virtude do cumprimento de todas as diligências necessárias para citação pessoal do réu, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso especial ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

2. Ademais, conforme já decidiu esta Corte, "não há imposição legal de expedição de ofícios às repartições públicas, para fins de localização do réu tido em local incerto ou não sabido, cuja necessidade deve ser analisada no caso em concreto" (REsp 364.424/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2002, DJ 06/05/2002, p. 289).

3. Agravo interno não provido. (**AgInt no AREsp 1233310/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018**)

**Diante do exposto, não conheço do recurso especial.**

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator